

ENTREVISTA COM O PROFESSOR E MILITANTE ANARQUISTA FELIPE CORRÊA

Entrevistadora: Eloisa Benvenuti de Andrade¹

Nesta edição da Kínesis entrevistamos o Prof. Ms. Felipe Corrêa. Felipe é militante e pesquisador do anarquismo. Grande parte de sua pesquisa trata de resgatar a contribuição de grandes anarquistas da história oriental e ocidental, visando à rediscussão dos estudos acerca deste tema e do que habitualmente se convencionou sobre esta doutrina. Seu foco de interesse atualmente é o anarquismo na América Latina.

Por mais de 10 anos Felipe desenvolveu-se como autodidata, enquanto trabalhava para a indústria metalúrgica. Recentemente, tem se dedicado exclusivamente à pesquisa, à docência e à produção editorial; ele é responsável pela editora “Faísca” e professor convidado do curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP, no qual, atualmente, ministra a disciplina “Estado, Sociedade Civil e Movimentos Sociais”.

O professor possui mestrado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), pelo programa de Participação Política e Mudança Social cuja conclusão da pesquisa resultou em seu último livro intitulado: “Bandeira Negra: discutindo o anarquismo”. É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração “Ciências Sociais na Educação”, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolvendo a tese “Educação Libertária e Anarquismo na América Latina: experiências argentinas, brasileiras e mexicanas”.

O professor possui um conjunto amplo de publicações nacionais e internacionais, entre artigos, livros, capítulos de livros e entrevistas, versando em geral sobre os temas: anarquismo, marxismo, socialismo, movimentos sociais, lutas populares, sindicalismo e movimento operário. Entre algumas de suas publicações estão: “Teoria Bakuniniana do Estado”, “Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular”, “Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo”, “Criar um Povo Forte: contribuições para a discussão sobre Poder Popular”, “Poder, Dominación y Autogestión”, “Reforma e Revolução” e o mais recente

¹ Doutoranda em Filosofia - FFLCH/USP. Bolsista CAPES com o projeto “O Sensível e a Natureza na última ontologia de Merleau-Ponty”. Email: eloisabenvenuti@yahoo.com.br

já citado, “Bandeira Negra: discutindo o anarquismo”.

Nesta entrevista tratamos de alguns temas fundamentais no anarquismo, e de grande relevância para a Filosofia, como “poder”, “domínio”, e “liberdade”. Conversamos um pouco sobre a polêmica dos anarquistas com Marx e a polêmica acerca dos principais conceitos marxistas, como o “materialismo histórico-dialético” e o “determinismo econômico”. Conseqüentemente, tratamos da perspectiva do professor sobre a relação entre *teoria e ideologia* e *teoria e prática*. Comentamos também sobre a “nova-esquerda” e sobre as “jornadas de junho”, e a atual conjuntura político-social brasileira. Além disso, Felipe nos falou um pouco sobre sua formação enquanto *autodidata*, da ausência de pesquisa e do tratamento do conteúdo do anarquismo nas Universidades, da predominância do eurocentrismo nas pesquisas acadêmicas e da posição *especificista* adotada pela organização política da qual faz parte.

* * *

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Felipe, conte-nos um pouco sobre sua trajetória intelectual e sua relação pessoal com a universidade. Sabemos que fez há muito tempo a opção ideológica pelo anarquismo e que seus trabalhos acadêmicos tematizam essa doutrina política. Inclusive sua dissertação de mestrado pretende enunciar certo déficit da leitura habitual da história do anarquismo. Sabemos também que o acesso à universidade brasileira não é democrático, que ela não tem muita tradição na pesquisa sobre o anarquismo e que sua formação conta com certo autodidatismo... Fale-nos sobre sua trajetória e o que é anarquismo.*

Felipe Corrêa: Até meus 20 anos (hoje tenho 36) não tive maiores envolvimento políticos ou intelectuais. Apesar de já defender, naquela época, uma perspectiva de esquerda e de possuir alguma afinidade com o Partido dos Trabalhadores e depois com o marxismo, e apesar de ter lido alguns livros que foram importantes para esta minha politização – como *Brasil Nunca Mais*, emprestado pela minha avó, ou mesmo o *Combate nas Trevas* do Gorender entre outros –, eu não estava diretamente envolvido na política, exceto por algumas letras politizadas de bandas que participei (toco bateria) e pelo voto crítico em candidaturas de esquerda.

Em 1996 ingressei na faculdade de editoração, num curso mais técnico, e, em seguida, comecei a trabalhar numa prestadora de serviços que atendia a indústria automobilística. Permaneci nesta empresa por alguns anos e depois fui trabalhar numa montadora francesa. Apesar de minha formação de editor, e de eu ter criado a Faísca Publicações em 2004, trabalhei na indústria automobilística (parte administrativa) até 2009, quando, cansado, saí e decidi me dedicar, no campo profissional, à carreira editorial e acadêmica.

Foi a partir da constituição do Movimento de Resistência Global (chamado “Antiglobalização”) que iniciei uma prática política e uma produção intelectual um pouco mais consistentes. Conheci este movimento no meio da contracultura; eu era um *straight-edge* (um tipo de punk vegetariano que não fuma, não usa drogas etc.), cuja cena, naqueles anos 1990, era bastante politizada. A partir do fim dos anos 1990 e do começo dos 2000, me engajei definitivamente na política e comecei a escrever com certa constância.

Tornei-me anarquista frequentando o Centro de Cultura Social, na zona leste da cidade, e pelo contato com outras iniciativas, como o Instituto de Cultura e Ação Libertária, a Editora Imaginário, o material impresso do Coletivo Luta Libertária entre outros. Particpei de um coletivo importante para o Movimento de Resistência Global em São Paulo, a Ação Local por Justiça Global, e também de outras iniciativas que derivaram desde movimento, como o Centro de Mídia Independente. Fui fundador do Coletivo Terra Livre, em 2004, depois militante da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) e, em seguida, fundador da Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL) / Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), na qual permaneço até hoje.

Para mim, o anarquismo não é somente um objeto de pesquisa; eu trabalho pesquisando e editando anarquismo, mas esta ideologia/doutrina também subsidia toda minha militância há quase 15 anos.

Infelizmente, o anarquismo é pouquíssimo conhecido, dentro e fora das universidades. O anarquismo é um tipo de socialismo libertário e revolucionário, que possui um século e meio de história global, e que foi responsável, em muitas oportunidades, pela mobilização de trabalhadores das cidades e dos campos, camponeses, precarizados e pobres de todos os tipos, e pela criação de amplos movimentos, construídos independente e democraticamente pela base, com o objetivo de destruir o capitalismo e o Estado e de conformar uma nova ordem em que uma

socialização generalizada pudesse conciliar igualdade e liberdade. Impulsionou lutas reivindicativas, insurreições e mesmo revoluções em variadas localidades.

Comecei minha produção intelectual com escritos sobre globalização e neoliberalismo no início dos 2000; a partir de então, fui me apaixonando cada vez mais pelos livros e, de editor, fui passando a leitor assíduo e escritor. Minha facilidade com os idiomas também me possibilitou ler muita coisa em outras línguas e também traduzir livros e textos. Em 2002, fiz uma pós-graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e produzi um trabalho sobre o Movimento de Resistência Global, com destaque para as mobilizações de Seattle em 1999. Este foi meu primeiro trabalho “acadêmico”. Coloco entre aspas, pois, até aquele momento, eu nunca havia visto direito o que era um trabalho acadêmico e, por isso mesmo, não tenho grande admiração acadêmica por aquele trabalho. De 2004 a 2009, acompanhando minha militância e trabalhando paralelamente, comecei a escrever com constância e produzi muita coisa sobre anarquismo, socialismo, movimentos sociais, sindicalismo, conjuntura etc. Foi uma formação que contou com a ajuda de muitos companheiros, mas posso dizer que, realmente, ela teve muito autodidatismo.

Com o cansaço do trabalho na indústria, decidi que sairia e entraria, aos poucos, no universo acadêmico. A pesquisa, mais ainda que as aulas, havia se tornado uma paixão. Pedi as contas, trabalhei na editora Hedra e preparei um projeto de mestrado sobre anarquismo para um programa novo da Universidade de São Paulo (Mudança Social e Participação Política, na EACH).

Começou aí minha dificuldade com este objeto de pesquisa. Quando resolvi entrar para o mundo acadêmico, eu não queria estudar qualquer coisa. Eu queria estudar anarquismo. Apesar de ter ido super bem no processo de seleção na USP, quase não entrei, visto que ninguém queria me orientar (depois fui vendo que este é um problema comum neste campo). Entretanto, houve um professor que se dispôs a me orientar e, por isso, sou muito grato a ele. Fiz o mestrado em um ano e meio, produzindo um “O que é anarquismo”, visto que, a meu ver, não havia nada em português que desse conta desta lacuna. O resultado da pesquisa foi recentemente publicado em livro pela editora Prismas e se chama *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*.²

Saindo do mestrado, como no programa em que estudei ainda não havia doutorado, tive de procurar outras alternativas, o que se tornou uma saga. Eu já sabia

² CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014.

das dificuldades com o anarquismo na universidade e foi por isso mesmo que prestei sete provas de doutorado. Eu sabia que seria reprovado em vários casos em função do tema. Estudei mais de um ano para fazer um projeto nas Ciências Sociais de um estudo comparativo entre as teorias do Estado de Marx e Bakunin. Cheguei a ouvir, numa das estaduais, que este meu projeto era o melhor de todos daquele ano, mas que com aquele tema (anarquismo) não daria pra me passar. Ninguém quis saber deste projeto, cuja parte sobre Bakunin sistematizei e publiquei um livro recentemente.³ Acabei entrando num programa da UNICAMP e num outro da USP, com outro projeto, sobre anarquismo na América Latina e escolhi o primeiro. Estou trabalhando nisso neste momento.

Paralelamente, tenho investido em outras iniciativas para fortalecer os estudos do anarquismo. Constituí, juntamente com Rafael Viana da Silva, Michael Schmidt e Lucien van der Walt, o Instituto de Teoria e História Anarquista⁴, fui convidado pela Editora Prismas para coordenar uma coleção acadêmica chamada Estudos do Anarquismo⁵. Além disso, tenho ministrado cursos sobre anarquismo em distintas localidades e publicado sobre este tema em periódicos acadêmicos e outros espaços.⁶

Desde o ano passado, tenho sido convidado pela EACH-USP para ministrar algumas disciplinas. Ministrei uma, chamada Sociedade, Multiculturalismo e Direitos, para alunos do primeiro e segundo anos, e agora estou dando outra, Estado, Sociedade Civil e Movimentos Sociais, para alunos de Gestão de Políticas Públicas.

Sigo neste campo de trabalho que envolve não apenas anarquismo, mas também movimentos sociais, lutas populares, marxismo, movimento operário, sindicalismo, direitos, sociedade civil e Estado.

Nas próximas questões, farei referência em nota a outros textos que podem auxiliar no aprofundamento de temas pelos quais passo aqui de maneira breve.

³ CORRÊA, Felipe. *Teoria Bakuniniana do Estado*. São Paulo: Imaginário / Intermezzo, 2014. Está disponível on-line um trecho do principal capítulo do livro: CORRÊA, Felipe. “A Lógica do Estado em Bakunin”, Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2014/05/23/felipe-correa-a-logica-do-estado-em-bakunin/>]

⁴ Instituto de Teoria e História Anarquista: www.ithanarquista.wordpress.com.

⁵ Editora Prismas, Coleção Estudos do Anarquismo: https://editoraprimas.com/loja/product_info.php?cPath=111&products_id=361&osCsid=f7d99d9dac55d42ca94b1a22e2e80e5b.

⁶ Para uma lista completa das minhas publicações, cf: <http://lattes.cnpq.br/5781167913738161>. Para acessar os arquivos de diversas destas publicações, cf: <https://unicamp.academia.edu/FelipeCorrêa>.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Em sua opinião o que afastou o estudo do anarquismo e de teóricos anarquistas - como Bakunin, Proudhon, Kropotkin, etc. - das universidades brasileiras e qual a perspectiva futura sobre a inserção desta ideologia e seus conceitos no cenário acadêmico?*

Felipe Corrêa: Explicar o que está ou não presente nas universidades envolve uma discussão sobre as relações de poder do campo acadêmico. O anarquismo, por diferentes motivos, vem estando desfavorecido nestas relações, dentro e fora do Brasil. Com algumas exceções – cujo mérito reside mais na imensa dedicação de alguns pesquisadores e não no campo em si –, o anarquismo não tem sido estudado adequadamente nas universidades e isso, para mim, se deve a um conjunto de fatores. Recorro a seguir a um texto em que eu e um colega discutimos este tema.⁷“Primeiramente, uma correlação de forças desfavorável entre o *status-quo* e as ideias contestadoras em geral. Pode-se dizer que, pelo fato de a produção de conhecimento – e, por isso, a educação e, particularmente, a universidade – constituir um dos pilares dos sistemas de dominação, é natural que investigações que, de certa maneira, coloquem em xeque pressupostos básicos destes sistemas, apresentem ou fortaleçam alternativas a ele, tendam a ser desfavorecidas. Em segundo lugar, uma correlação de forças desfavorável dentro do próprio campo contestador, que inclui a esquerda e o socialismo. Em termos históricos – principalmente após a ascensão do marxismo-leninismo, o estabelecimento da URSS e a bipolarização do mundo –, o fato de o anarquismo ter constituído uma corrente minoritária fez com que, com frequência, se identificasse completamente esquerda e socialismo com o marxismo, num processo em que as experiências soviética, chinesa e cubana contribuíram significativamente. Em diversos países, os comunistas ocuparam muitos espaços militantes dos quais os anarquistas outrora se nutriam; as disputas de memória, nesse sentido, minimizavam ou negavam o tronco socialista do anarquismo.

Nesse contexto, o anarquismo foi, muitas vezes, apagado da história; em outros casos, ao ser tratado por seus adversários e/ou inimigos, foi completamente deturpado e/ou ridicularizado. Soma-se a isso o fato de, em diversos países, os marxistas terem, deliberadamente, decidido disputar espaço na academia, o que lhes proporcionou, em

⁷ CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V. “Anarquismo, Teoria e História”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. (orgs.) *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014. Disponível on-line: <http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/comment-page-1/>

várias circunstâncias, condições para o estudo e a difusão de suas ideias, processo bastante beneficiado pelo apoio, inclusive financeiro, do antigo mundo ‘socialista’.

Os anarquistas, em geral, não vêm priorizando a universidade como um espaço de disputa e têm se dedicado, com frequência, às produções próprias, com foco político-ideológico e militante, executadas e distribuídas, geralmente, em meio a imensas dificuldades. Ainda assim, há uma minoria que, ingressando na academia, tem encontrado alguns simpatizantes e conseguido recolocar o anarquismo em cena.

Para além dessas questões, mais políticas do que técnicas, há outra dificuldade, que é o acesso às fontes. No Brasil, o acesso às fontes primárias traduzidas ao português é restrito, como no caso das obras dos clássicos e autores anarquistas; fontes secundárias de qualidade, de estudos sobre o tema, também são escassas. É praticamente impossível realizar, hoje, uma pesquisa abrangente sobre o anarquismo, sem o estudo de obras em outros idiomas, as quais, também não são abundantes e nem sempre simples de serem encontradas.

Entretanto, há exceções; algumas produções – realizadas por anarquistas, pesquisadores simpáticos ao anarquismo e, em menor grau, acadêmicos comprometidos com o rigor metodológico –, lidando com todas as dificuldades em questão, conseguiram atingir excelente qualidade e proporcionar avanços significativos. Desenvolveram-se investigações sobre o anarquismo na História, nas Ciências Sociais, na Pedagogia, na Geografia, na Filosofia entre outras áreas do conhecimento.”

O presente contexto ainda é bastante desfavorável às pesquisas sobre anarquismo, suas ideias e seus pensadores, tanto como objetos, quanto como ferramentais teórico-metodológicos para análise de outros objetos. No entanto, há elementos favoráveis que começam a permitir uma mudança neste cenário, dentre os quais se encontram: a relevância crescente do anarquismo nas lutas sociais, o aumento de interesse em seus pensadores e ideias fundamentais, as maiores possibilidades de comunicação entre pesquisadores, a disponibilidade crescente de fontes etc. Entretanto, para que o contexto modifique-se significativamente serão necessários pesquisadores dispostos a abrir espaço nas universidades (muitas vezes dura e custosamente), assim como esforços teórico-metodológicos para focar o objeto adequadamente.

Eloísa Benvenuto de Andrade: *Na grade curricular dos cursos de Filosofia habitualmente o que impera é a perspectiva eurocêntrica. Tal perspectiva influencia no debate do que seja a Filosofia e dos temas e metodologias relevantes aos estudos da mesma. Na sua dissertação de mestrado existe uma crítica a esta perspectiva que teria também marcado a “história do anarquismo”. Como pesquisador do anarquismo, qual o esforço empregado ultimamente para fugir desta predominância eurocêntrica e qual o principal argumento para a importância disso?*

Felipe Corrêa: A história do anarquismo, a meu ver, sofre dos mesmos males da história em geral. Conforme tenho sustentado – juntamente com outros pesquisadores, como aqueles que, junto comigo, estão construindo o Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) –, o anarquismo tem sido estudado desde uma perspectiva eurocêntrica, com foco no eixo Atlântico Norte (Europa ocidental e Estados Unidos, principalmente).

Este enquadramento não possui outra justificativa senão o olhar dos pesquisadores, que tem tendido a ignorar experiências consideráveis – não raro maiores que as experiências do Atlântico Norte – da América Latina, da África, da Ásia etc. Em *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*, faço uma avaliação destes livros que possuem impacto na produção teórica e histórica do anarquismo em português, inglês, espanhol e francês e mostro que eles constroem seus argumentos sobre uma base de dados restrita, muitas vezes extraindo conclusões equivocadas.

Eu e os pesquisadores do ITHA temos trabalhado com uma perspectiva que, em termos da crítica ao eurocentrismo e da proposição de uma história global, se assemelha à noção de “história global do trabalho” de Marcel van der Linden.

Quando realizamos esta crítica ao eurocentrismo no tratamento do anarquismo e observamos os 150 anos de anarquismo no mundo todo, colocamos em xeque uma série de argumentos que vem pautando a produção neste campo.

Posso citar alguns exemplos.

1) Um estudo do anarquismo na América Latina (e mesmo nos EUA) dos anos 1880 coloca em xeque a tese, comumente sustentada por diversos autores, de que os anos 1880 e 1890 foram anos da “propaganda pelo fato”, desvinculados do sindicalismo, o qual viria a ser retomado somente nos fins do século XIX. Esta regra é verdadeira para a França, ou mesmo para alguns países da Europa ocidental, mas não se ampliarmos geograficamente o estudo de nosso objeto.

2) Um estudo do anarquismo fora do eixo Atlântico Norte – e somente um estudo deste tipo – poderá trazer à lume devidamente a práxis anti-imperialista do anarquismo. Durante muitos anos, os anarquistas estiveram entre os principais atores das lutas de libertação nacional; entretanto, isso ocorreu nos países periféricos: casos como os de Cuba, da Ucrânia, da Coreia, entre outros. Este assunto, em geral, não está nos livros sobre anarquismo, a meu ver em função do enfoque que eles têm adotado.

3) Uma abordagem global da história do anarquismo também permite contestar facilmente afirmações sem qualquer base histórica como as que foram feitas por autores marxistas como Hobsbawm, que relacionam o anarquismo ao mundo “atrasado” e pré-capitalista. Uma análise do desenvolvimento histórico e geográfico do anarquismo mostra exatamente que ele foi crescendo nas regiões que se industrializavam. Esta abordagem também permite avaliar que se é verdade que os anarquistas mobilizaram camponeses e trabalhadores do campo, eles mobilizaram, na maioria dos casos, trabalhadores urbanos.

Enfim, muitos e muitos exemplos podem ser dados. Dentre as diversas questões teórico-metodológicas com as quais as pesquisas contemporâneas do anarquismo têm de lidar, creio que o abandono do eurocentrismo é uma das principais. Não que experiências e autores europeus não sejam relevantes, pois eles são. Mas, por exemplo, ficar valorizando anarquistas como Ravachol e Emile Henry em detrimento de outros como Ricardo F. Magón e Kim Jwa Jim não faz qualquer sentido.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *No seu trabalho o que é entendido como dominação “social” resulta da relação entre três grandes esferas, a saber, “econômica” (produção, distribuição e consumo de bens); “política/jurídica/militar” (governo, regulação, violência); e “cultural/ideológica (atitudes, crenças, ideias, simbólico). Considerando isso, gostaria que discorresse um pouco sobre a polêmica dos anarquistas com Marx, o “materialismo histórico-dialético” e seu “determinismo econômico”.*

Felipe Corrêa: Antes de responder esta e outras questões que estão adiante, é importante explicar uma distinção com a qual eu trabalho, entre as categorias teoria e

ideologia. A posição que defendo se baseia, principalmente, na produção do anarquista Errico Malatesta.⁸

Para mim, há uma falsa dicotomia que foi estabelecida nas Ciências Sociais que, conforme colocam os marxistas, contrapõe um Marx “que não separa teoria e prática” de um Weber “que busca, por meio de sua distinção das categorias ciência e política, um conhecimento neutro”. Para mim, é possível, sem maiores dificuldades, distinguir as posições teórico-científicas daquelas político-ideológicas tanto de Marx quanto de Weber. Estas posições possuem relação umas com as outras, mas são coisas distintas e assim devem ser tratadas. Concordar com uma delas não implica, obrigatoriamente, concordar com as outras. Por exemplo: Bakunin concordava com a análise de Marx de *O Capital*, sem, no entanto, concordar com suas estratégias políticas.

A confusão entre estas duas categorias tem implicado diversos problemas. Dentre eles, posso citar a noção completamente equivocada de “socialismo científico” que foi defendida mais moderadamente por Marx, depois abertamente por Engels e parte importante do marxismo. Segundo esta distinção que tomo como base (teoria/ciência e ideologia/política), o socialismo – e, portanto, o anarquismo, que é um tipo de socialismo –, ainda que se apoie numa análise da realidade que busque o máximo possível a ciência, contém elementos de futuro, desejos de devir e posições normativas, “objetivos finalistas” podemos dizer, que extrapolam o campo teórico-científico e que não derivam automaticamente da observação crítica da realidade.

Esta perspectiva de futuro nada tem de científico e é parte imprescindível de qualquer socialismo. Mesmo as estratégias que devem derivar destes objetivos e as táticas que devem derivar destas estratégias não podem ser consideradas algo científico. Para mim, quando no marxismo se eleva estas posições ao status de ciência nada mais se faz do que tentar se autolegitimar em relação às outras correntes políticas. A análise do Estado de Bakunin, por exemplo, é tão científica quando a análise de Marx do capital. No entanto, ambos possuem estratégias políticas bastante distintas.

Acreditar que um projeto de futuro e uma estratégia política geral podem derivar de uma análise da realidade, por mais científica que ela seja, ou mesmo querer dar a este

⁸ Para saber mais sobre estas posições de Malatesta, cf; CORRÊA, Felipe. “A Distinção entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na Obra de Errico Malatesta”, Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2013. [<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincao-entre-as-categorias/>]; CORRÊA, Felipe. “Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta”, Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2014. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2014/04/08/felipe-correa-epistemologia-metodo-de-analise-e-teoria-social-em-malatesta/>]

projeto e a esta estratégia o status científico é algo que não possui qualquer sentido. Não creio que qualquer pessoa séria possa falar de ciência do futuro (o que é diferente das previsões, que uma ciência social bem feita pode e deve fazer) e nem mesmo de um projeto político que derive automaticamente de uma análise da realidade. Isso é um completo absurdo.

Outro problema da confusão entre estas categorias é que algumas obras marxianas – que, a meu ver, pertencem ao campo historiográfico e, assim, científico – como *A Guerra Civil na França*, têm sido transformadas em ferramental ideológico-doutrinário, como se Marx, em vez de ter discutido e analisado um fenômeno histórico (a Comuna de Paris) como ele foi, estivesse defendendo a Comuna um modelo de transformação que deveria pautar futuras atuações dos trabalhadores.⁹

A discussão é complexa e longa e não tenho condições, neste espaço, de aprofundar. Mas digo isso, pois, para mim, o anarquismo não está no campo da teoria/ciência. Ainda que se baseie em alguns elementos deste campo, ele deve ser caracterizado como uma ideologia, uma doutrina, uma corrente política. O anarquismo não é uma lente para conhecer o mundo, mas um conjunto de pensamento e ação que, além de ler a realidade, vincula-se profundamente a uma prática política no sentido de modificá-la.

Desde uma perspectiva histórica, posso dizer que há, no anarquismo, um conjunto de princípios que o definem e que demonstram sua coerência (eles estão relacionados majoritariamente ao campo da ideologia/política) e uma abertura e um pluralismo em relação à busca de compreensão adequada da realidade (campo da teoria/ciência). O que significa isso? Que, do meu ponto de vista, uma pessoa, um grupo, uma organização ou um setor das massas é anarquista se estabelece uma crítica da dominação em todas as esferas, se propõe uma transformação social revolucionária que modifique radicalmente estas relações de poder, visando chegar a uma sociedade autogestionária e federalista em todos os níveis, se faz isso por meio de uma estratégia coerente, ela também autogestionária e federalista, e ainda internacionalista e classista, colocando trabalhadores de todos os tipos à frente deste processo que deve garantir o protagonismo dos trabalhadores.

⁹ Para um aprofundamento deste argumento acerca de Marx e *A Guerra Civil na França*, cf: CORRÊA, Felipe. “*A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?*”, Academia.edu, 2013. [https://www.academia.edu/5942424/_A_Guerra_Civil_na_França_Marx_antiestatista]

Ou seja, não se trata de uma ou mais pessoas que leem a realidade por uma mesma lente. Na universidade, a meu ver, tendemos a ver isso de maneira distinta, considerando “marxista”, por exemplo, um professor que lê a realidade por métodos, teorias e conceitos marxianos, mas que, muitas vezes, no que tange aos aspectos político-ideológicos, suas posições não correspondem àquilo que preconizava Marx ou os marxistas.

Conforme entendo, o que caracteriza o anarquismo historicamente é a abertura para o conhecimento da realidade (campo da teoria/ciência) – ainda que haja alguns elementos comuns na crítica anarquista ao capitalismo, ao Estado, às classes sociais e à dominação em geral – e uma coerência doutrinária (campo da ideologia/política). O anarquismo é antidogmático no que tange ao conhecimento da realidade, mas muito convicto de seus princípios que vêm subsidiando sua intervenção nesta realidade no intuito de modificá-la.

Digo isso, pois esta e outras perguntas se relacionam ao campo teórico-científico, em relação ao qual há diferenças significativas entre as posições dos anarquistas. A própria posição que eu adoto possui mais concordância com alguns anarquistas do que outros.

A maneira que eu concebo o social – a dominação social, de acordo com sua pergunta – não necessariamente é a mesma em todos os outros anarquistas. De acordo com a Teoria da Interdependência das Esferas – formalizada por um politólogo brasileiro contemporâneo, Bruno Lima Rocha¹⁰ –, na qual me subsidio, compreendo o social como resultado dinâmico das relações entre elementos econômicos, políticos/jurídicos/militares e ideológicos/culturais, os quais se relacionam em situação de permanente interdependência.

Neste sentido, a sociedade contemporânea pode ser entendida, a partir da obra de um sociólogo uruguaio, Alfredo Errandonea¹¹, como um sistema de dominação em que há relações dinâmicas e permanentes entre exploração do trabalho, coerção física, dominação político-burocrática, alienação cultural e outros tipos de dominação. Obviamente, este sistema não é imutável, como nas teorias funcionalistas-

¹⁰ ROCHA, Bruno Lima. A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da organização política para o processo de radicalização democrática. Porto Alegre, UFRGS (doutorado em Ciência Política), 2009.

¹¹ERRANDONEA, Alfredo. Sociología de la Dominación. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989. Há um artigo em que sintetizo/discuto esta obra: CORRÊA, Felipe. “Para uma Teoria Libertária do Poder IV: Errandonea, dominação e classes sociais”, Estratégia e Análise, 2011. [<http://www.anarkismo.net/article/20880>]

estruturalistas, mas se constitui pela relação de diferentes elementos que, a meu ver, são inseparáveis.

Isso exige, no campo político-ideológico, conceber um projeto de transformação que abarque estas três esferas (econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica). Não há, como algumas vezes se pensou no campo marxista, uma alavanca de uma das esferas que automaticamente transforma as outras; todas as esferas devem ser modificadas concomitantemente. E isso a história do século XX em geral, e as experiências do “socialismo real” em particular, demonstram muito bem.

Entre os anarquistas, nesta discussão sobre a relação de determinação entre as esferas, é possível encontrar posições que assumem a centralidade da esfera econômica (Bakunin, por exemplo), outros que enfatizam a relevância da esfera cultural (Reclus, por exemplo) e outros ainda que possuem posições intermediárias. Ainda assim, é possível dizer que, em geral, entre os anarquistas, não se sustentou posições deterministas e mecanicistas, nem da esfera econômica (um “economicismo” vulgar) e nem da esfera cultural (um “culturalismo” vulgar) em relação às outras. Negou-se, portanto, entre os anarquistas aquela posição típica de um marxismo vulgar, de determinismo automático da economia em relação às outras esferas, com frequência justificado na metáfora da infra/base e da superestrutura.

Da maneira como eu entendo a obra de Marx, creio que ele realmente assumia uma centralidade da economia, em particular da produção, nas sociedades capitalistas. No entanto, ao que me parece, e isso está claro em suas obras históricas como, por exemplo, *A Guerra Civil na França*, que a realidade não é uma decorrência mecânica da economia e que os aspectos políticos e culturais não são meros reflexos da economia. Este economicismo determinista, a meu ver, é uma vulgarização do marxismo bastante tosca.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Aprofundando a maneira como os anarquistas debateram a ideia de “domínio” e como a distinguiram do “poder”, parece-nos que, para os anarquistas, a ideia de poder está intimamente ligada à ideia de “relação social” e esta ideia se expressa ora numa perspectiva autogestionária, orahierárquica/autoritária. Como o anarquismo reivindica o conceito de poder e qual a contribuição da filosofia neste debate?*

Felipe Corrêa: Na história, em geral, os anarquistas se referiram ao termo poder como sinônimo de dominação e/ou de Estado. Por isso, foi constante, especialmente entre os clássicos, se falar que os anarquistas lutavam contra o poder, que queriam destruir o poder etc. Mais recentemente, em particular a partir dos anos 1960/1970, alguns anarquistas latino-americanos começaram a utilizar o conceito de poder num outro sentido, para melhorar sua análise da realidade e mesmo seus projetos políticos.

Para realizar discussões de objetos amplos, como as que em geral eu realizo, é necessário padronizar conceitos. É impossível, por exemplo, para discutir 150 de anarquismo, ficar preso aos conceitos que os anarquistas elaboraram, nos mais distintos contextos. Por isso mesmo, creio ser imprescindível – especialmente para as discussões que envolvem objetos histórica e/ou geograficamente amplos – padronizar conceitos. Penso que estabelecer um conceito operacional de poder para estudar a história do anarquismo pode ser muito útil. Entretanto, é importante dizer que esta minha posição não é completamente aceita por todos os anarquistas. Houve, e há, ainda, uma série de polêmicas em relação à utilização deste termo e de suas variantes, como “poder popular”.¹²

Seguindo os estudos sobre o poder, a meu ver bastante rigorosos, de um autor libertário chamado Tomás Ibáñez, é possível concluir que, em geral, o poder é conceituado numa chave tripla: 1.) Possibilidade/Capacidade de realizar algo; 2.) Relação entre forças sociais assimétricas; 3.) Sistema de regulação e controle.¹³ O argumento deste autor, com o qual concordo, é que, independente de terem se dito contra o poder (porque o conceituavam como dominação/Estado), os anarquistas sempre acreditaram na possibilidade de os trabalhadores transformarem o mundo, sempre defenderam que este projeto de transformação deveria se impor em relação aos interesses das classes dominantes e sempre acreditaram que uma sociedade futura poderia ser estabelecida, com mais ou menos regras (mesmo uma sociedade sem regras é um sistema de regulação e controle). Deste modo, eu, assim como este autor, escolhi o segundo significado para trabalhar. Concebo o poder em termos de relação entre forças sociais assimétricas, quando uma se sobrepõe à outra; quando isso ocorre, considero que há uma relação de poder.

¹²Cf. CORRÊA, Felipe. “Poder e Anarquismo: aproximação ou contradição?”, Academia.edu, 2014. [https://www.academia.edu/5942522/Poder_e_Anarquismo_aproximação_ou_contradição]

¹³ IBÁÑEZ, Tomás. “Por un Poder Político Libertario”. In: *Actualidad del Anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007. Há um artigo em que sintetizo/discuto esta obra: CORRÊA, Felipe. “Para uma Teoria Libertária do Poder I: Ibáñez e o poder político libertário”, *Estratégia e Análise*, 2011. [<http://www.anarkismo.net/article/19732>]

Um outro autor contemporâneo do campo anarquista, Fábio López, que trabalhou o tema do poder de maneira bastante inovadora¹⁴, assim como Ibáñez, sustentam que é possível estabelecer uma relação entre esta noção de poder como relação de força e a obra de Foucault e mesmo com a de Nietzsche. Inclusive, Foucault e sua “hipótese do poder em Nietzsche” são frequentemente tomados pelos autores em questão.¹⁵

Outra contribuição, a meu ver central, de López, foi estabelecer a diferenciação entre os conceitos de poder e domínio ou dominação. Conforme ele sustenta, é possível se estabelecer uma relação de poder que não implique dominação e, segundo coloca, o projeto anarquista de autogestão trataria exatamente disso. Ou seja, quando os anarquistas propõem impulsionar uma revolução social violenta contra as classes dominantes, e a socialização generalizada, econômica, política, cultural, isso envolve a transformação da capacidade de realização das classes dominadas em força social e da imposição desta força àquela mobilizada pelas classes dominantes. E quando propõem uma nova sociedade, certamente se trata de um sistema regulado por relações libertárias e igualitárias e que possa se sustentar.

O que ocorre, neste caso, é uma relação de poder. No entanto, penso eu, ainda de acordo com López, para os anarquistas, este processo revolucionário envolve uma relação de poder, mas não de dominação. Trabalhei num modelo conceitual que discute o poder a partir de dois tipos que variam conforme um eixo de participação: a dominação, de um lado, e a autogestão, do outro.¹⁶ As relações de dominação implicam hierarquia, alguns decidindo o que diz respeito a todos, desigualdades estruturais, relações de mando/obediência etc. Este é o fundamento das classes sociais. As relações de autogestão, antítese da dominação, envolvem participação nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente, nas três esferas. Meu argumento é que os anarquistas vêm buscando, desde o século XIX, transformar a capacidade de realização das classes dominadas (trabalhadores das

¹⁴LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001. Há um artigo em que sintetizo/discuto esta obra: CORRÊA, Felipe. “Para uma Teoria Libertária do Poder V: López e a distinção entre poder e domínio”, *Estratégia e Análise*, 2012. [<http://www.anarkismo.net/article/21851>]

¹⁵Há um artigo em que discuto a questão do poder em Foucault: CORRÊA, Felipe. “Para uma Teoria Libertária do Poder III: Foucault e o poder nos diversos níveis e esferas”, *Estratégia e Análise*, 2011. [<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=e8f5052b88f4fae04d7907bf58ac7778&&idtitulo=cc426bd7cb3eeb7cd40b91d600917f0d>]

¹⁶ CORRÊA, Felipe. “Poder, Dominação e Autogestão”, *Anarkismo.net*, 2011. [<http://www.anarkismo.net/article/21065>]

idades e dos campos, camponeses, precários, marginalizados, pobres) em força social e, por meio do conflito social levado a cabo na luta de classes, estabelecer uma relação de poder em relação às classes dominantes (burgueses, latifundiários, burocracia) por meio de uma revolução social violenta. Deste modo, transformariam um sistema em que a dominação caracteriza as relações sociais em todas as esferas para um sistema de autogestão generalizada.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *O que é liberdade na perspectiva anarquista?*

Felipe Corrêa: A liberdade é um conceito importante para os anarquistas e penso ter sido Bakunin aquele que, desde uma perspectiva filosófica, mais adequadamente o abordou, talvez por sua grande intimidade este campo. Na realidade, em sua obra, Bakunin estabelece um contraponto à concepção de liberdade de Rousseau, que a situa no início da vida, sendo que a conformação da sociedade e do Estado implicaria uma perda progressiva desta liberdade natural, originária dos povos. Segundo Bakunin, esta posição é completamente abstrata, idealista, e parte de um princípio sem qualquer comprovação material e histórica.

Como se sabe, Bakunin era materialista e referia-se a seu quadro de referência para a análise da realidade como “materialismo científico”, especialmente em seu período anarquista, posterior a 1867. Segundo sustentou neste seu período, a liberdade não deveria ser buscada no início dos tempos, como no caso do contratualismo rousseuniano, mas no fim, como um objetivo ao qual deveria caminhar a humanidade. Segundo sustenta, o homem teria nascido escravo, empreendendo uma dura luta contra a natureza e depois se humanizando, num processo em que tanto a religião quanto a ciência foram importantes. O homem teria saído, deste modo, de sua animalidade e passado a um estado de humanidade, em que, segundo Bakunin, seria possível situar o homem do século XIX. A liberdade somente seria atingida como um objetivo finalista, por meio de uma revolução social, quando a dominação de maneira geral, envolvendo capitalismo, Estado, religião etc. tivesse sido completamente eliminada, dando lugar a uma nova sociedade constituída por novas relações sociais. Neste sentido, a liberdade não seria algo dado no início dos tempos e que o homem a perderia progressivamente; a liberdade deveria ser buscada no futuro e coletivamente.

Este é um outro aspecto importante de seu conceito de liberdade. A liberdade é algo construído socialmente, coletivamente. Ela só pode ser atingida por meio da liberdade de todos. Bakunin contrapõe, assim, a noção liberal de que a liberdade do outro é um limite à sua liberdade, e passa a uma noção completamente distinta, de que a liberdade do outro é imprescindível para a sua. Qualquer projeto libertário, neste sentido, deve implicar a busca pela liberdade de todos. A liberdade individual, neste sentido, existe, mas só pode ser conquistada em meio à liberdade coletiva.

Enfim, é possível dizer que a liberdade é abordada em Bakunin desde uma dupla chave: uma negativa, que implica uma crítica às relações de dominação em geral, e uma positiva, de defesa de relações que poderíamos chamar de autogestionárias. Ser livre implicaria negar o capitalismo, o Estado, as classes sociais, e afirmar o socialismo, o coletivismo, a sociedade sem classes, igualitária, libertária.

Para tanto, a estratégia de Bakunin recomendava um movimento dualista que organizasse, por um lado, as massas na Associação Internacional dos Trabalhadores, e os anarquistas na Aliança da Democracia Socialista. Elementos estes que se relacionam diretamente ao sindicalismo revolucionário e à organização política revolucionária especificamente anarquista.¹⁷

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Como anarquista como você avalia a “nova esquerda” e os movimentos sociais pós 68?*

Felipe Corrêa: A nova esquerda constituiu-se num momento em que o anarquismo, mesmo que continuasse a existir – em algumas localidades, de maneira bastante evidente, como foi o caso, por exemplo, do Uruguai nos anos 1960 e 1970 – não possuía a mesma força das primeiras décadas do século XX.

Segundo sustento, a constituição desta nova esquerda, e de tudo aquilo que envolveu os movimentos de estudantes, de negros, feministas, ecologistas etc. a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos e na Europa, além de trazer à tona novas questões ao campo da esquerda em geral, retomaram outras que apareceram de modo bastante evidente na tradição anarquista, só que, em diversos casos, de maneira distinta.

¹⁷ Para conhecer um pouco mais da estratégia organizativa preconizada por Bakunin, cf: CORRÊA, Felipe. “Questões Organizativas do Anarquismo”. *Revista Espaço Livre*, vol. 8, num. 15, 2013. [<http://anarkismo.net/article/26017>]

Questões como gênero e raça, por exemplo, haviam sido muito discutidas entre os anarquistas, que tiveram posições claras a este respeito. Foi comum, desde o surgimento do anarquismo, em fins dos anos 1860, a defesa da necessidade de luta contra a dominação de gênero e de raça; posições que se mantiveram durante toda sua história. Tais questões, em geral, foram defendidas desde uma perspectiva socialista, classista, internacionalista e revolucionária.

Creio que a nova esquerda, em função das localidades em que foi primeiramente constituída, e da correlação de forças no campo da esquerda nestas localidades, terminou retomando estas e outras bandeiras, mas com um viés em muitos casos liberal, especialmente em função da influência que esta ideologia possuía naqueles contextos. Digo isso, pois foi comum nestes movimentos – cujo perfil era tão distinto do clássico movimento operário que chegaram a ser chamados de “novos movimentos sociais”, dentre outras coisas, pelo perfil de classe média e pelas “novas bandeiras” culturais –, por exemplo, a defesa de uma integração da mulher e dos negros na estrutura capitalista-estatista sem maiores questionamentos, posição bastante divergente daquela sustentada pelos anarquistas, que colocavam que a luta de gênero e de raça deveria se dar concomitantemente a uma luta mais ampla, que buscasse a transformação social revolucionária e a libertação generalizada de homens e mulheres, brancos e negros.

Do meu ponto de vista, é importante retomar estas posições anarquistas sobre a luta de gênero e de raça, pois estes movimentos, hoje, e mesmo outros, poderiam ter aportes importantes para que eles não funcionem para a mobilidade social de alguns indivíduos, mas para uma transformação social de maior envergadura.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Como você avalia o cenário político brasileiro pós-jornadas de junho? Em sua opinião, o que mudou para esquerda?*

Felipe Corrêa: Para mim, houve alterações importantes no cenário político nacional depois do ano passado. Por um lado, a emergência de uma direita que, articulada em torno do antipetismo, vai desde um tucanato mal formado politicamente até um fascismo aberto. Isso, sem dúvidas, deve ser motivo de preocupação a toda esquerda. Por outro, uma demonstração de que o processo no qual a esquerda investiu majoritariamente, desde os anos 1980, e que se materializou na trajetória do Partido dos Trabalhadores, está equivocado e é insuficiente para mudanças mais significativas na

sociedade brasileira. Fica cada vez mais evidente o afastamento que o PT vem tomando da esquerda em geral, mesmo a socialdemocrata moderada.

Digo isso, pois me parece claro que praticamente toda a esquerda, com pouquíssimas exceções, não somente canalizou seus esforços para o que foi o PT nos anos 1980 como, progressivamente, em especial durante os anos 1990, transferiu seus esforços do trabalho de base (seja ele sindical, comunitário ou estudantil etc.) para a disputa de eleições. E, como bem sabemos, o PT foi expurgando setores mais radicalizados ou mesmo contando com a saída daqueles que esperavam do partido uma posição mais radicalizada.

Uma avaliação dos governos Lula e Dilma permite caracterizar este modelo de governo como um tipo de neodesenvolvimentismo, que mantém intactas as estruturas de poder do país, assim como as classes dominantes, ao mesmo tempo em que investe em programas sociais e inserção pelo consumo.¹⁸

Os governos do PT, apesar de medidas que favoreceram os mais pobres, não colocaram em xeque reformas de maior envergadura e nem mesmo quaisquer reivindicações dos movimentos populares mais combativos. Seus mandatos tem se caracterizado pela conciliação de classes e vêm se colocando cada vez mais à direita.

Para mim, o que ficou evidente, desde o processo de lutas do ano passado, é que a esquerda definitivamente perdeu capilaridade entre os trabalhadores e a sociedade em geral, e que seu *modus operandi* hegemônico está esgotado. Falo do arco que vai desde os partidos políticos de centro esquerda, até os movimentos populares mais burocratizados. Parece claro que as mudanças significativas não virão das estratégias conciliadoras do PT, da burocratização das centrais sindicais e nem mesmo do reformismo cada vez mais evidente de amplos setores dos movimentos sociais, em geral vinculados à estratégia democrático-popular.

Mesmo os partidos e os movimentos populares mais radicalizados, que se encontram fora das grandes estruturas de poder do país, apresentam limites: alguns partidos não observam criticamente a história do PT e querem construir uma trajetória semelhante, sem entretanto possuir as mesmas bases que o partido possuía nos anos 1980; outros reproduzem estratégias que historicamente vêm se mostrando incapazes de questionar as relações de dominação na sociedade, buscando aparelhar movimentos,

¹⁸Para uma análise mais aprofundada, cf. Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). “Os Limites do Neodesenvolvimentismo e o Preço do Pacto de Classes”, 2014. [<http://www.federacaoanarquistagaucha.org/?p=347>]; Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). “Elementos de Conjuntura 2014”, 2014 [http://anarquismo.noblogs.org/?page_id=128].

levar consciência aos trabalhadores etc.; outros ainda reproduzem as cisões entre direção e base e mantêm estruturas que estimulam elementos centrais da sociedade capitalista-estatista.

Estas posições precisam ser questionadas de maneira mais profunda. Me parece que esta é uma das principais mensagens das jornadas de 2013. Ou seja, é necessário questionar a maneira que se vêm fazendo a política, e isso envolve também a maneira que toda a esquerda vem fazendo política.

É fundamental romper com o neodesenvolvimentismo, investir num processo que solucione a questão da burocratização dos sindicatos, e que coloque em xeque a posição integradora de muitos dos movimentos sociais. E, principalmente, é imprescindível criar estratégias para politizar e mobilizar os amplos setores populares que hoje estão afastados da política ou sendo “politizados” pela Rede Globo e as igrejas neopentecostais.

Isso não será conseguido por meio de uma imitação da trajetória do PT nos anos 1980 e nem sustentando as práticas vanguardistas da esquerda autoritária que remetem aos fracassos do antigo mundo “socialista”. A história do PT e do “socialismo real” demonstram claramente que a teoria anarquista do Estado está correta e que, por meio do Estado, não se pode promover o fim da dominação e a promoção da autogestão.¹⁹ Em vez de buscar a tomada do Estado, seja por meio das reformas ou da revolução violenta, é necessário que se reconstitua o tecido social e que se invista na conformação de movimentos populares fortes, de base classista, combativa e independente, que possam se desvincular das burocracias do governo e de suas próprias burocracias, e construir a luta dos trabalhadores pela base e garantir seu protagonismo nestas lutas, avançando progressivamente nas lutas por reformas rumo à revolução social. Trata-se, como temos chamado, de um processo permanente de construção do poder popular.

Há um elemento que surgiu no ano passado e que, creio, pode ser aproveitado pela esquerda que defende estas posições. Trata-se de um setor significativo de pessoas, trabalhadores em grande medida, que estão insatisfeitas com a situação presente e que possuem condições de serem mobilizadas pela esquerda. No entanto, parece-me que estas pessoas não querem mais os velhos partidos e movimentos com suas teorias e práticas ultrapassadas. Muitas destas pessoas se aproximaram de propostas como as do Movimento Passe Livre (MPL) e terminaram reforçando este setor nas mobilizações do

¹⁹Cf.: CORRÊA, Felipe. *Teoria Bakuniniana do Estado*. São Paulo: Imaginário / Intermezzo, 2014.

ano passado. Creio que, com este e outros setores mais radicalizados, há espaço para fazer política e, principalmente, para fazê-lo crescer. No entanto, se a esquerda em geral não repensar suas estratégias, só terá a perder.

Eloísa Benvenuto de Andrade: *Existem distintas tradições anarquistas. Você faz parte da Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL), adepta do especificismo. O que é o especificismo e quais outras tradições e organizações anarquistas atuantes hoje?*

Felipe Corrêa: A OASL é parte da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), articula organizações anarquistas especificistas em 10 estados do país.²⁰ Utilizamos o termo “especificismo” ou “anarquismo especificista” para nos referir a um conjunto de posições que foram historicamente objeto de debate entre os anarquistas. Ainda que tenhamos influência de alguns militantes e grupos anarquistas brasileiros, nossa principal inspiração foi a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), fundada em 1956 e que existe até o presente.²¹ Foi pela influência da FAU que passamos a utilizar o termo “especificismo”. No Brasil, nossa corrente existe desde meados dos anos 1990.

Antes de tudo, somos anarquistas e, portanto, compartilhamos com outras correntes todos os princípios anarquistas. Para entender as particularidades dos especificistas em relação a outras correntes anarquistas, podemos falar sobre três questões: organização, reformas e violência.

No debate sobre organização, os especificistas defendem o que podemos chamar de dualismo organizacional. Ou seja, a necessidade que os anarquistas se organizem duplamente, como trabalhadores, em organizações de massas, e como anarquistas, em organizações políticas especificamente anarquistas. Diferem, portanto, tanto dos antiorganizacionistas, quanto daqueles que defendem a organização anarquista somente em um nível, seja ele de massas ou especificamente anarquista.

No nível social, de massas, defendemos a criação e a participação em movimentos populares (sindical, comunitário, estudantil, agrário etc.) estimulando determinadas posições. Acreditamos que estes movimentos devem abarcar todos aqueles que possuem disposição para a luta, sem critérios político-ideológicos. Não

²⁰Coordenação Anarquista Brasileira (CAB): <http://anarquismo.noblogs.org>.

²¹Para conhecer mais sobre a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e sua concepção estratégica do especificismo, cf.: Juan Carlos Mechoso. “A Estratégia do Especificismo: entrevista a Felipe Corrêa (2009)”, Anarkismo.net, 2014. [<http://www.anarkismo.net/article/27372>]

queremos criar sindicatos anarquistas, movimentos estudantis anarquista etc. Por isso, no que diz respeito à nossa estratégia de massas, estamos mais próximos do sindicalismo revolucionário, do que do anarco-sindicalismo, o qual se caracteriza por um vínculo explícito e programático com o anarquismo. Defendemos que estes movimentos devem ser classistas, fortalecendo a luta de classes e abrangendo diferentes sujeitos (trabalhadores da cidade, do campo, camponeses, precarizados e marginalizados) fortalecendo mobilizações independentes do Estado, dos patrões e dos agentes e organizações inimigas, por meio da combatividade e, principalmente, da construção autogestionária pela base. Para nós, os movimentos populares devem começar a construir hoje a sociedade em que queremos viver amanhã e, de fato, dar corpo a uma estratégia emancipadora, de construção de novos sujeitos, capazes de decidir sobre seu próprio destino, protagonizar suas próprias lutas etc. Enfim, sustentamos que estes movimentos não devem se esgotar nas lutas de curto prazo, por reformas, mas devem ser capazes de avançar para um objetivo revolucionário.

O nível político, da organização anarquista, é aquele que permitirá aos anarquistas intervirem na realidade, para articular e participar destes movimentos, e promoverem sua estratégia e seu programa de maneira eficaz. Esta organização de minoria ativa possui papel de motor, de fermento, e visa potencializar as posições anarquistas nos movimentos e garantir força nas disputas de posições e nos conflitos com adversários. É importante colocar que o modelo da organização anarquista especificista é programático, ou seja, prima pela constituição de uma unidade de estratégia e de programa, por uma maneira relativamente homogênea de conceber o anarquismo e a leitura da realidade, estimulando a responsabilidade coletiva e a disciplina militante. Difere, portanto, das organizações anarquistas chamadas “sintetistas”.

No debate sobre reformas, os especificistas defendem que os movimentos populares dos quais participam devem se constituir em torno de bandeiras concretas de luta. Ou seja, devem lutar por ganhos de curto prazo e fazer com que, neste processo, os movimentos possam se radicalizar e, por meio das características anteriormente colocadas, rumar para um avanço que aproxime uma perspectiva revolucionária. Neste sentido, os especificistas se diferenciam daqueles que são contrários a todos os tipos de lutas por reformas.

Enfim, no debate sobre a violência, os especificistas sustentam, como todos os anarquistas, que a violência é um aspecto constitutivo de nossa sociedade e que, em

maior ou menos medida, ela será necessária para qualquer processo de transformação de maior envergadura. Entretanto, consideramos que esta violência precisa estar permanentemente articulada com amplos movimentos populares e que não é ela que, por si só, gera estes movimentos. Por este motivo, os especificistas se diferenciam daqueles anarquistas que defendem a violência como um tipo de “propaganda pelo fato”, com capacidade articuladora/mobilizadora. Para nós, os atos de violência isolados, no modelo “V de Vingança”, não são capazes de impulsionar as massas a um processo revolucionário.

Eloísa Benvenuti de Andrade: *Professor, agradecemos sua entrevista e peço que faça suas considerações finais.*

Felipe Corrêa: Gostaria de agradecer a revista Kinesis pelo espaço concedido e deixo meu contato em caso de interesse em aprofundar estes e outros temas. Abraço a tod@s!
Felipe Corrêa [felipecorreapedro@gmail.com]